

por uma verdadeira LITERATURA INFANTIL

por ANTÓNIO GAMEIRO

De um modo geral, podemos caracterizar a literatura infantil, no nosso país, pela ausência duma literatura adequada às crianças portuguesas e que, como tal, desempenhe uma função educativa na medida do que lhe é próprio.

Num país em que a cultura, à força dum isolamento inexplicável, se amesquinha em qualidade e extensão, a literatura infantil assume necessariamente uma feição secundária e, assim mesmo, eivada de todos os vícios de exclusivismo e de irrealdade, de que aquela se sustenta.

E não só os livros para crianças. Como já este jornal acentuou, também as publicações da especialidade navegam deliciosamente nas mesmas águas, explorando e insistindo na mesma orientação, de olhos fechados às consequências gravíssimas que daí resultam na preparação de milhões de crianças.

O facto projecta-se, com inesperada grandeza, na vida social da nação, pela influência em sucessivas gerações—ao menos no primeiro contacto das crianças com os mais simples aspectos da vida—da perigosa leitura ministrada no alvôr das primeiras curiosidades, na primeira tábua para a construção duma personalidade, dum carácter e duma consciência.

De que argumentos poderá qualquer lançar mão para justificar a decrépita literatura infantil que ainda hoje é possível oferecer às crianças portuguesas?

A sua inépcia para a formação dum ser disciplinado e tendencialmente útil? O repisado simbolismo, ausente de projecção do real e vivo e humano, e, portanto, de pura ineficácia no ajustamento profundo duma moral de solidariedade e cooperação? O desprendimento, o voluntário desinteresse pelos mais elemen-

tares princípios éticos, abandonando à intervenção do sobrenatural, do misterioso—a vida fala-nos duma natureza, que existe e que conhecemos, e dum homem, que pretende dominá-la sob o impulso da sua própria realização (não é assim?)—a resolução de destinos humanos, nos quais o homem tem, afinal, a única acção decisiva e coerente?

A criança—já observaram?—não crê inteiramente nas lindas fadas com seu jeito de divinas, habitando bosques de sonho, e em gnomos lendários, anjos tutelares ou agentes de maldade, pois que não pode por seus olhos verificar a sua existência ou, por instinto, suspeitá-la: à sua volta encadeiam-se factos, que mal entende, mas que entende não se resolverem com fadas divinas e gnomos maravilhosos de histórias absurdas. Tampouco acredita nos soldados de chumbo, que armam guerras e se matam uns aos outros sem um motivo sério e, sobretudo, alheio à compreensibilidade singela da criança, inajustável à sua inteligência.

Sim: a criança não aceita tudo isso, inteiramente. Mas, receba ou não, nêsse primeiro acto de conhecimento, quanto lhe transmitam as histórias maravilhosas,—que há a esperar do caminho da sua primeira formação mental, influenciada dêsse modo por uma irrealdade da pessoa humana, por um falso comportamento desta (uma quasi desagregação) na vida que lhe atribuem—há duas vidas?—por uma arbitrária concepção moral inadequada e à margem de qualquer pedagogia viva e actual?

Aonde pode levá-la essa vazia retórica idealista, que, afinal, é ao mesmo tempo informadora, duma cultura sem qualquer destino verdadeiramente humano, de conquista

e aperfeiçoamento? Duma cultura afirmada em irrelevantes manifestações, que têm logradouro colocar-nos abaixo de todas as possibilidades de agüentar, no campo do económico e do intelectual, uma equiparação europeia?

Há, aí, razões agrupadas em infra-estruturas de determinação possível. Mas, a questão, agora, respeita à literatura infantil.

«A regra observada em toda a parte é esta: a criança antes de mais.» (1) Em verdade, reside aí uma palavra de ordem, que assegura a elaboração duma consciência humana baseada na preparação sistemática e gradual dos indivíduos, de modo a valorizar uma sociedade, o mesmo é dizer uma nacionalidade. A explicação de certos agregados sociais nos seus empreendimentos colectivos não está, exclusivamente, na insuficiência económica da sua organização social, na inapetência dos seus elementos étnicos, na contribuição de factores externos (insuficientemente previstos ou imprevisíveis), senão que também na qualidade, no valor, na aptidão, em suma, no grau de consciência social da massa componente.

E êsse grau não se proporciona pela preparação descompassada e insensata de uns tantos elementos dessa massa: atinge-se pelo esforço valorativo, em qualidade, portanto, e em extensão, da massa colectiva.

Esfôrço consciente e inteligente. Consciente pelo aperfeiçoamento constante, remoçado, que se prossegue. Inteligente, pelo ritmo paralelo, no impulso para a vida, à realidade de cada momento.

(1)—Ch. Vildrac, «Voyage», 1937, 4.^a ed., pág. 62.

A literatura infantil, em Portugal, é um caldo de fantasias, as mais dellas grosseiras, que a criança desde logo se obriga a ingerir—e a assimilar, porque lhe não é dado preferir.

Há em nós um mínimo de dignidade intelectual (melhor diria: de dignidade humana) que não transige com a barbaridade de acorrentar milhões de crianças ao êrro consciente dos seus orientadores. Os livros para as crianças terão de abandonar o perigoso caminho de incutir-lhes uma realidade abstracta, inverosímil, cheia de promessas impossíveis; e, pelo contrário, terão de radicar nos pequenos leitores um perfil de voluntariedade e disciplina, estimulando-os na plena confiança e entendimento da vida.

A vontade própria e o poder de iniciativa, em cada ser humano, movendo-se no quadro harmónico duma forte solidariedade social. Ao menos, como tendência e objectivo.

Dois elementos distintos devem assistir a literatura infantil, a saber: o seu carácter de obra de arte e a sua finalidade de formação educativa. Nestes termos, a simplicidade da sua técnica e a inteligibilidade da sua essência pelos leitores a que se destina, contém-se nela como pressupostos.

Aquela exige o equilíbrio da expressão clara e simples, de forma harmoniosa e mesmo poética, com o simbolismo indispensável à representação do real (da natureza e do homem); a segunda condiciona e requiere a transposição de princípios de comportamento humano como coeficiente de permanente realização, isto é, olhado no plano de realidades tendenciais, em que o homem se encontra a participar dum inexprimível renovo.